

Precarização da Vida nas Ruas em Cenário Pandêmico

Precariousness of homeless people in a Pandemic Scenario

Precariedad de la vida en la calle en un escenario de pandemia

Dania Mendes Ribeiro

Universidade Federal do Piauí, Campus Ministro Reis Veloso, Parnaíba, PI, Brasil

Antônio Vladimir Felix-Silva

Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Parnaíba, PI, Brasil

Matheus Barbosa da Rocha

Maria Teresa Nobre

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.

Resumo

O presente artigo tem como objetivo discutir as repercussões da pandemia do Coronavírus (Covid-19) nos processos de enunciação e subjetivação da população em situação de rua. Norteados pela pesquisa cartográfica e pela esquizoanálise, acompanhamos os movimentos da população de rua em Parnaíba (PI) e, virtualmente, o Movimento Nacional População de Rua (MNPR), durante doze meses, perpassando as cidades de Brasília (DF), Belém (PA), Manaus (AM), Goiânia (GO), São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), Maceió (AL), Natal (RN), Recife (PE), Teresina e Parnaíba (PI), Porto Alegre (RS) e Vitória (ES). O trabalho foi realizado através de deslocamentos por espaços urbanos do município de Parnaíba, e mapeamentos das redes sociais (*Facebook*, *Instagram*) e plataformas de vídeos (*Youtube*) do MNPR e de seus apoiadores. Consultamos também documentos públicos em sites dos governos estaduais e municipais e do Ministério Público, problematizando os agenciamentos dos processos de subjetivação da população de rua durante esse momento de crise sanitária, política e social. A pandemia da Covid-19 escancarou ainda mais as vulnerabilidades vivenciadas por esse grupo e reafirmou a importância da organização coletiva das pessoas em situação de rua, protagonizada pelo MNPR, num compromisso ético-político, colocando-se como meio de resistência à sujeição colonial-capitalística.

Palavras-chave: Processos de subjetivação; População em situação de rua; Covid-19.

Abstract

This article exposes the repercussions of the Coronavirus pandemic (Covid-19) on the enunciation and subjectivization processes of the homeless population. Guided by the cartographic research and by schizoanalysis, we followed the movements of the homeless

people in Parnaíba (PI), and virtually we followed the National Movement of the Street Population (MNPR), passing through the cities of Brasília (DF), Belém (PA), Manaus (AM), Goiânia (GO), São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), Maceió (AL), Natal (RN), Recife (PE), Teresina and Parnaíba (PI), Porto Alegre (RS) and Vitória (ES). The manuscript was carried out through of displacements through urban spaces of the municipality of Parnaíba and and through social networks (Facebook, Instagram) and video platforms (YouTube) of the MNPR and other supporters. We also consulted public documents on websites of state and municipal governments and the Public Ministry, questioning the agency of the processes of subjectivation of the homeless population during this moment of sanitary, political and social crisis. The Covid-19 pandemic further exposed the vulnerabilities experienced by this group and reaffirmed the importance of the collective organization of homeless people, exercised by the MNPR, in this ethical-political commitment, serving as a means of resistance to colonial-capitalistic subjection.

Keywords: Subjectivation processes; Homeless population; Covid-19.

Resumen

Este artículo expone las repercusiones de la pandemia de coronavirus (Covid-19) en los procesos de enunciación y subjetivación de la población sin hogar. Guiados por investigación cartográfica y por el esquizoanálisis, seguimos durante doce meses los movimientos de la Población de Calle en Parnaíba (PI), y prácticamente el Movimiento Nacional de Población de Calle (MNPR), pasando por las ciudades de Brasília (DF), Belém (PA), Manaus (AM), Goiânia (GO), São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), Maceió (AL), Natal (RN), Recife (PE), Teresina y Parnaíba (PI), Porto Alegre (RS) y Vitória (ES). El trabajo fue realizado moviéndonos por los espacios urbanos de la ciudad de Parnaíba y por medio de la cartografía de las redes sociales de la ciudad (Facebook, Instagram) y plataformas de video (Youtube) del MNPR y de simpatizantes. Además, consultamos documentos públicos en sitios web de los gobiernos estatales y municipales y del Ministerio Público, problematizamos la agencia de los procesos de subjetivación de población de la calle en este momento de crisis sanitaria, política y social. La pandemia Covid-19 expuso aún más las vulnerabilidades que vive este grupo y reafirmó la importancia de la organización colectiva de personas sin hogar, ejercida por el MNPR, en este compromiso ético-político, ubicándose como un medio de resistencia al sometimiento colonial-capitalista.

Palabras clave: Procesos de subjetivación; Población sin hogar; Covid-19.

Introdução

	marginais de esquina, moradores de rua.
	Muitos foram as nomenclaturas que no
Mendigos, bandidos, vagabundos,	decorrer da história caracterizaram
pedintes, arruaceiros, cracudos, drogados,	pejorativamente as pessoas que viviam nas

ruas (Bove & Figueiredo, 2015). No cenário brasileiro, nas duas últimas décadas, o Estado passou a denominá-los como população em situação de rua (Brasil, 2008), descrevendo-os a partir da pobreza e inexistência de moradia convencional.

Em nosso entendimento, tal conceituação não deixa de, mesmo que indiretamente, endossar as percepções e os preconceitos com relação às pessoas que experimentam e habitam as ruas, como se o local de guarida fosse o único elemento que compõe nossa subjetividade, existências e modos de vida. Embora reconhecendo que a moradia é um direito fundamental e inalienável de todas as pessoas e porta de acesso a outros direitos básicos (como trabalho e segurança), entendemos que ela não encerra em si as possibilidades de vida das pessoas. Pelo contrário, há uma multiplicidade de modos de vida e de existência nas ruas, que vai desde a moradia temporária, situacional ou permanente, até a vivência da rua como espaço de trabalho,

formação de novos vínculos, encontros e experimentações. Nesse sentido, há pessoas que habitam as ruas e outras que dela ou nela vivem e de onde tiram seu sustento e constroem suas relações, embora possam ter domicílio ou lugar de pouso, família e outros bens. Desde essa perspectiva, é importante considerar a complexidade dos processos de ida, permanência, sobrevivência e (re)invenção da vida de pessoas em situação de rua.

A condição de extrema pobreza que caracteriza esse e outros grupos vulneráveis e em crescente situação de risco e precariedade, como decorrente de fatores estruturais próprios do sistema capitalista que produz a desigualdade social como elemento necessário à sua manutenção, é apontada pela maioria dos estudos sobre população em situação de rua, segundo levantamento feito por Esmeraldo Filho e Ximenes (2021). Contudo, segundo os autores, a maioria dos estudos considera a multidimensionalidade e pluralidade dos

fatores determinantes desse fenômeno. Situam o aumento da desigualdade na distribuição de riquezas, a exploração e precarização do trabalho, os processos de exclusão social e desfiliação, a crise dos direitos humanos, as desigualdades de classe, etnia, raça e gênero como situações de privação que antecedem a situação de rua. Tal fenômeno tende a aumentar com o avanço do capitalismo em suas novas roupagens e do neoliberalismo, aliado a inúmeros outros fatores ligados à produção de uma “subjetividade capitalística” (Guattari, 2001).

Este artigo foi construído a partir da constatação de que as pessoas que habitam e experienciam as ruas em suas múltiplas possibilidades são cotidianamente enquadradas nessa assertiva da falta e da carência. E não é por acaso: as políticas de saúde, educação, assistência, cultura e infraestrutura urbana dificilmente contemplam o cotidiano desses sujeitos em suas potencialidades. Apesar disso, essas

pessoas insistem em não apenas sobreviver, o que significaria buscar atender unicamente às suas necessidades básicas, mas em existir em todas as suas multiplicidades, isto é, com todas os sabores, dessabores e agruras que são intrínsecas ao viver em sociedade, mas sem perder de vista suas singularidades.

Assim, nos indagamos sobre como são tecidas as relações cotidianas desses sujeitos das ruas nesse cenário catastrófico, mortífero e sufocante, no momento em que a pandemia se alastra pelo Brasil e pelo mundo, em decorrência da infecção do novo Coronavírus SARS-Cov-2, agente da doença conhecida como Covid-19, que foi inicialmente reconhecido na China, no final de 2019. A divulgação do primeiro caso da doença, no Brasil, é do final de fevereiro de 2020. Em função da Emenda Constitucional 95/2016, aprovada durante a gestão de Michel Temer (2016-2018), houve um corte de R\$ 20 bilhões do orçamento relacionado com a saúde, somente em 2019, ampliando

a precarização do Sistema Único de Saúde (SUS), cuja gestão financeira já vinha se refletindo como insuficiente em aspectos geográficos e de parceria público-privada (Ortega & Behague, 2020). Em junho de 2021, o Brasil já era o país com maior número de mortes por Covid-19 e encerrou ano de 2021, em 12º lugar em morte por milhão de habitantes entre os países mais populosos do mundo. Considerando que a população brasileira, até então, mantinha uma tradição de tomar vacinas, parte dessas mortes poderiam ter sido evitadas, caso o atual governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) não tivesse negligenciado as medidas de contenção do coronavírus, indicadas inicialmente pela Organização Mundial da Saúde, e não tivesse adiado ao máximo a compra de vacinas, bem como não tivesse incentivado e colocado em prática medidas contrárias.

Em nossa percepção, a população em situação de rua no Brasil já enfrentava um terrível cenário de precariedade,

empobrecimento crescente e violação de direitos, que se ampliou em decorrência da pandemia.

Apesar do grande desafio teórico, afetivo e político, tomamos a Covid-19 como um analisador que faz ver e falar o que significa viver e habitar as ruas. Empreender essa tarefa significa retratar um momento difícil, mas a encaramos como uma tarefa extremamente necessária: cartografar como as pessoas que habitam e experimentam as ruas da cidade assim o fizeram durante os meses que a pandemia da Covid-19 esteve em seus estágios mais avançados, principalmente nos primeiros meses de 2020, em que se desconhecia as estratégias de minimizar as formas de contágio e o Estado brasileiro negou a existência da crise sanitária da qual éramos vítimas. Nesse cenário, como as pessoas em situação de rua existiram e resistiram a esse contexto?

Os estudos de Cunha et al. (2020), Honorato e Oliveira (2020), Paula et al.

(2020) e Silva, Skalinski, Calmon, Araújo e Nery (2021) em muito contribuíram com nossa jornada investigativa, os quais versam, em diferentes medidas, sobre a população em situação de rua e a pandemia da Covid-19, no que se refere aos seus modos de vida, ao atendimento endereçado a estas pessoas, a análise de documentos e informativos nacionais e internacionais sobre a temática ou mesmo no relato de experiências de coletivos e programas específicos.

Apesar de considerarmos que pessoas que tomam a rua como espaço de habitação (Mariño & Lizarralde, 2019), às vezes, escapam e resistem a quaisquer tentativas de disciplinamentos dos corpos e das subjetividades e de agenciamentos biopolíticos (Foucault, 1999), não podemos dizer que estes não sejam também muitas vezes extremamente necessários. Isso porque o principal intuito da biopolítica é o governo sobre a vida da população, no sentido de normalizar as condutas da

espécie (Foucault, 1999), com o intuito de que esta seja perpetuada. Entretanto, não podemos ignorar o fato de que algumas existências historicamente não foram consideradas dignas dessa perpetuação (Mbembe, 2014), nem passíveis de luto, quando perdidas (Butler, 2017). É esse o caso das pessoas que habitam as ruas, inclusive antes da pandemia da Covid-19.

Métodos

Este artigo traz um recorte de uma pesquisa cartográfica intitulada “Cartografia dos processos de subjetivação e enunciação dos movimentos das pessoas em situação de rua”, iniciada em 2020. Uma proposta de investigação pensada a partir da cartografia compreendida como uma filosofia de vida, um *ethos* que direciona nossos olhares, toques, sentires e caminhares, seja em nossas pesquisas (inter) invenções ou mesmo entre nossos amigos, no cotidiano da vida. Entretanto, o

que havia sido planejado como cartografia com as intensidades e afetações que lhe são próprias, precisou de dobras e giros em seus planos iniciais em virtude do atual momento de pandemia, que exigiu um novo desenho da pesquisa.

Assim, inicialmente nossa proposta de cartografar processos de subjetivação e enunciação dos movimentos das pessoas em situação de rua do município de Parnaíba (PI), ali no chão onde a vida acontece, nas ruas, praças, porto, mercado e outros lugares da cidade, transformou-se numa pesquisa que buscou investigar, a nível nacional, como a Covid-19 impactou a realidade da população em situação de rua. Foi necessário, então, reinventar o campo da pesquisa e os modos de inserção e afetação na continuidade da construção dos dados iniciada antes da pandemia: do trabalho presencial, sensitivo e corporal, passamos a buscar viver essas intensidades através das virtualidades. Passamos então a mapear as informações da população em

situação de rua em Parnaíba (PI) e nos espaços das redes virtuais do Movimento Nacional População de Rua (MNPR), e de outros movimentos apoiadores pelo país através de *lives*, entrevistas e depoimentos das pessoas em situação de rua, via redes sociais do MNPR (*Facebook* e *Instagram*), plataformas de vídeos (*Youtube*) e documentos públicos presentes em sites de governos estaduais e municipais e Ministério Público.

Dessa forma, nos propusemos a cartografar os processos de subjetivação da pandemia seguindo os passos da atenção vibrátil do cartógrafo propostos por Kastrup (2009): o rastreio, varredura, toque, pouso e reconhecimento. Assim, mapeamos as redes sociais (*Instagram*, *Facebook*) do MNPR no Paraná, Rio Grande do Norte, Pará, Alagoas, Goiás e também do Movimento Brasileiro de Redução de Danos (MBRD) e as plataformas de vídeos (*Youtube*) da TV Rede Unida (Porto Alegre

- RS) e do Jornal Brasil Atual da Rede TV dos Trabalhadores (TVT), de São Paulo.

Os passos deram-se a partir do rastreio, que envolveu todo o processo de busca das informações a respeito das ações que ocorriam para a população em situação de rua durante a pandemia em Parnaíba-PI, tanto a nível de gestão municipal como da sociedade civil. Fizemos ainda a sondagem nas redes sociais (*Facebook* e *Instagram*) do MNPR em doze capitais, além de Brasília. O toque deu-se após identificar cinco grupos de voluntários que realizavam ações de entrega de alimentos e itens de higiene pessoal semanalmente. Selecionamos dois grupos que efetuavam a entrega em espaços de concentração das pessoas em situação de rua no município de Parnaíba, bem como mapeamos as redes sociais, as plataformas de vídeos (Youtube), a realização de lives e entrevistas da população em situação de rua e de apoiadores. Igualmente armazenamos os documentos públicos presentes em sites de

governos estaduais e municipais e do Ministério Público Estadual (MPE). O pouso deu-se com o acompanhamento dessas ações de entregas de alimentos em três espaços de concentração de pessoas em situação de rua em Parnaíba: Praça da Graça, Porto das Barcas e Mercado da Quarenta, o que representou uma reaproximação presencial da população em situação de rua, naquele momento. Paralelamente participamos dos espaços virtuais que somaram onze vídeos entre lives e entrevistas, ao tempo em que também fizemos a leitura de documentos textuais emitidos pelos órgãos públicos.

O reconhecimento dos dispositivos-analisadores que emergiam dos conteúdos discursivos, matéria de expressão dos processos de subjetivação e enunciação da população em situação de rua, durante o período entre abril de 2020 e abril 2021, tanto nas ruas, como nos ambientes virtuais e documentais, nos permitiu chegar às considerações que serão apresentados na

próxima seção. Para essa análise nos referenciamos no conceito de dispositivo a partir de Foucault (2008), que o toma como “o dito e o não dito” (Foucault, 2008, p. 244), enquanto elementos compositores dos processos de subjetivação, numa rede de exercício de poder e saber que se entrecruzam e geram espaços e funções do sujeito.

Esse deslocamento pelas redes sociais e presencialmente acompanhando a movimentação da população de rua e do MNPR nos aproximou das cinco regiões do país, especificamente aos contextos de Brasília (DF), Belém (PA), Manaus (AM), Goiânia (GO), São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), Maceió (AL), Natal (RN), Recife (PE), Teresina e Parnaíba (PI), Porto Alegre (RS) e Vitória (ES). Em função do limite de páginas, nem todas essas capitais são referidas neste estudo.

Resultados e Discussão

Cartografar os movimentos da população em situação de rua de Parnaíba (PI) e do MNPR em outras cidades e acompanhar a população em situação de rua em um cenário tão desigual em que “os modos de vida humanos individuais e coletivos evoluem no sentido de uma progressiva (des)territorialização” (Guattari, 2001, p. 07), tornou-se ainda mais doloroso. Principalmente porque, historicamente, os desafios que têm se apresentado para a população em situação de rua são inúmeros, sendo o principal deles a iminência de ter a vida descartada, a qualquer hora, da noite para o dia. As pessoas em situação de rua, no Brasil, não só durante a pandemia, mas também antes da pandemia, já enfrentavam e seguem enfrentando cotidianamente a morte; mortes que também são invisibilizadas, porque são vidas que não importam para o Estado.

As políticas de gestão das vidas das pessoas que podem morrer de morte matada ou de morte morrida por negligência do Estado moderno, na contemporaneidade, constituem o que Achille Mbembe conceitua como necropolítica (Mbembe, 2018). Essa necropolítica é real e tem como consequência “frequentes casos de mortes por doenças, desnutrição ou violência sofridas na condição de rua” (Amorim, Nobre, Coutinho, & Oliveira, 2019, p. 150). Conforme comenta Jailson Santos, integrante do MNPR em Pernambuco, na *live* “Vacinação e povo da rua: até quando invisíveis?”, em 14 abril de 2021 com a participação de membros do movimento de vários estados: “continuamos invisíveis e quando morremos sequer temos dados que garanta nossa existência” (Jailson Santos), ao referir-se à falta de vacinação da População em Situação de Rua (Movimento Nacional População de Rua – MNPR RN, 2021).

Ao longo de doze meses, percebemos que muitos municípios não conseguiram alojamento temporário para a população em situação de rua, como é o caso do município de Parnaíba (PI), onde já não havia albergues e abrigos municipais. Há apenas a Casa de Passagem, instituição vinculada à gestão municipal e à Casa de Acolhida Bom Pastor, estabelecimento vinculado à Diocese do município. Ambas permaneceram funcionando com capacidade de apenas vinte pessoas e ainda se regimentam com regras rígidas que dificultam a permanência dos usuários.

Já em outras cidades, principalmente nas capitais, as pessoas em situação de rua conseguiram abrigamentos públicos, seja por intervenção do MNPR, seja por ações judiciais do MPE ou ainda solicitação de instituições religiosas, como é caso do município de Teresina (PI), em que a Pastoral de Rua solicitou ao Governo do Estado um espaço público, o estádio municipal, para que a pastoral pudesse

realizar os serviços de acolhimento, alimentação, higiene e etc. na capital durante este período de pandemia.

Diante dessa conjuntura, José Vanilson Torres, membro do MNPR do Rio Grande do Norte (RN), manifesta:

Estar nas ruas é difícil e agora com a pandemia ficou muito mais complicado, pois habitação, saúde e educação, dentre outras, é direito do povo brasileiro e é dever do Estado. Nos oferecem abrigos na modalidade de isolamento, mas quando essa pandemia passar teremos que voltar pras ruas? Pro tormento? (Vanilson Torres, citado por Silva, Natalino, Pinheiro, 2020, p.07).

O enunciado nos faz pensar a produção de subjetividades em situação de rua como expressão da ampliação da vida precária. Para Guattari e Rolnik (2007), pensar produção de subjetividade e processos de subjetivação é pensar em um

processo eminentemente político e coletivo que, apesar de possuir uma importante vertente infrapessoal, reporta ao plano do desejo no campo social que é composto também por diversos fatores extrapessoais. Portanto, a subjetividade se produz nesse entremeio de posições que ora se individua, ora se faz coletiva, mantendo-se nessa multiplicidade de dinâmicas que viabiliza ao sujeito infinitas possibilidades de ser, estar, sentir e se relacionar no e com o mundo. Nesse sentido, a problematização feita pelo coordenador do MNPR/RN abre espaço para que se coloque em análise as instituições de governamentalidade que negam ou asseguram as condições de acesso à moradia, ao trabalho, à renda, à escolarização, à segurança alimentar e à saúde, antes, durante e depois da pandemia.

Pensando governamentalidade a partir de Foucault (2008) compreendemos como opera esse conjunto de estratégias, meios, instituições e lógicas que estruturam o exercício do poder e as formas de exercer

o governo sobre os corpos individuais e coletivos, os processos de subjetivação e as relações, que instigamos a avaliar a partir dos discursos da população em situação de rua.

A princípio intrigou-nos as insistentes recomendações e medidas determinadas pelas autoridades de saúde para minimizar o risco de transmissão da Covid-19, tais como: isolamento social, higienização das mãos com frequência e cuidados com a saúde, advertências essas que não se coadunam com a realidade da população em situação de rua, pela precariedade que essas pessoas vivenciam devido à carência em proposições e execuções de políticas públicas e sobretudo devido ao fato de que para quem não tem casa a norma “fique em casa não faz nenhum sentido”, como manifesta Eduardo Matos, coordenador do MNPR-GO, citado por Dinah Ferreira (assistente social do consultório na Rua de Maceió - AL), durante uma *Live* realizada pelo MBRD:

Assim antes da pandemia nós, nós já vínhamos solicitando do gestor da cidade para que se instalasse pias móveis e agora se há uma necessidade maior, entendeu? A gente já vinha solicitando essas questões banheiro público, já vimos há muito tempo, né? (...) (Eduardo Matos, citado por Dinah Ferreira. Movimento Brasileiro de Redução de Danos, 25 Mai 2020).

A análise dos processos de subjetivação e enunciação do MNPR mostra não só questões relacionadas com a falta de equipamentos para atender demandas históricas e necessidades básicas das pessoas em situação de rua, mas também a complexidade do problema e questões relacionadas com a higienização do espaço urbano com implicações psicossociais para essa população, não só antes, mas também durante e depois da pandemia. A população em situação de rua de Curitiba (PR) também denuncia em

vídeos postados na página do MNPR – Curitiba, as práticas do gestor municipal Rafael Greca de fechar os restaurantes populares, as torneiras e banheiros públicos do centro da cidade durante a pandemia (Movimento Nacional População de Rua – MNPR Curitiba, 2020a).

São práticas segmentadas na produção de subjetividade colonial-capitalística (Rolnik, 2018), que nos fazem reconhecer a expressão do racismo estrutural e a necropolítica que caracteriza a governamentalidade e os modos de ação do neoliberalismo. Trata-se de lógicas de subjetivação e sujeição social que produzem maneiras desiguais de viver ou morrer, a partir da ampliação do processo de precarização da vida das pessoas em situação de rua, e não só da negação de direitos, mas também do não reconhecimento político de condições de existência de determinadas populações, como assinala Judith Butler (2018).

Ressaltamos que o acolhimento à população em situação de rua, ofertado no momento de pandemia, se deu sob a cobrança do MNPR ao acionar o Ministério Público e que os municípios nos quais ainda não há uma organização política, as ações de prevenção ao risco de contaminação por Covid-19 e de cuidado a saúde ficaram a cargo de ações pontuais da sociedade civil, organizações de cunho religioso e organizações não governamentais. À semelhança de outros estudos, Matos et al. (2017), evidenciam um Estado que trata as pessoas em situação de rua como vidas e corpos descartáveis. Assim, “há ‘sujeitos’ que não são exatamente reconhecíveis como sujeitos e há ‘vidas’ que dificilmente – ou melhor, dizendo, nunca – são reconhecidas como vidas” (Butler, 2017, p. 17).

Nesse sentido, enuncia Paulo Henrique, coordenador do MNPR-PA, durante a *Live: Sinais que vem da Rua*:

Aqui com essa pandemia, nós tivemos o acolhimento de pessoas em situação de rua no estádio e foi feita a três porrada pelo Governo do Estado, Governo do Estado ele não faz esse tipo de acolhimento, quem faz é o município, é gestão plena pro município e o estado foi lá quis fazer. Olhou pelo lado da caridade, porém o assistencialismo, foi tão grande que acabou trazendo alguns entraves, mostrou-se alguns problemas (...) (Paulo Henrique. TV Rede Unida, 24 jun 2020).

Ao analisamos os processos de subjetivação que são agenciados nesses espaços a partir dos relatos da pessoas em vídeos, jornais e redes sociais do MNPR, percebemos que são espaços com regras e regimentos que também dificultam a permanência das pessoas. São estabelecimentos cujas instituições repressivas reproduzem práticas e políticas de esquadramento e disciplinarização

dos corpos (Foucault, 2010), como podemos constatar na fala de Renan Ribeiro acolhido no município de Belém (PA):

É muito difícil e ao mesmo tempo a gente se sente livre, mas ao mesmo tempo preso (...). Então é um pouco complicado a gente... éé viver trancado, (...) então a gente acaba vivendo aquele impacto social, convivência social, muitas vezes rixas, muitas vezes aquela ideia de que o viver sobre regras que não é estabelecido, que tu não tá próximo de pessoas assim que... tu tem aquele convívio (...). (Renan Ribeiro, Movimento Nacional População de Rua – MNPR PA, 03 Jun 2020).

“O viver sobre regras que não é estabelecido” é um dispositivo-analisador que emerge como matéria de expressão dos processos de subjetivação e enunciação da população em situação de rua e nos remete à biopolítica e à problematização das

construções das políticas públicas direcionadas às pessoas em situação de rua, como também a outros grupos.

Como denuncia Fagner, acolhido em abrigo público em Curitiba (PR). Em virtude de uma manifestação, ele sofreu agressão física da Guarda Municipal após filmar as condições do abrigo, o que evidencia as práticas de policiamento e silenciamento direcionados a população em situação de rua. (Movimento Nacional População de Rua – MNPR Curitiba, 2020b).

Esses episódios nos remetem às violências institucionais que marcam historicamente o corpo da população em situação de rua e nos levam a pensar em um “inconsciente político cinético”, tal como o concebe Lepecki (2020). No atual contexto de emergência, o Estado, ao propor modalidades variadas de restrições ao movimento, informa uma coreografia social à população, por meio da qual o que ele “declara não é o respeito pela vida [...] e sim

[o que ele] possibilita, sobretudo, é a concessão de permissões para o movimento: quem, quando, como e para onde” (Lepecki, 2020, p. 05), numa vigilância e controle sobre o movimento. O autor se refere a movimento, pensando a possibilidade ou não de mobilidade dos corpos em uma conjuntura de pandemia, produtora de efeitos em diferentes esferas.

Violências institucionais que se apresentam em diferentes esferas, como ao ver a imagem do padre Júlio Lancellotti, pároco de uma instituição religiosa de São Paulo que realiza ações em defesa da população de rua, em 02/02/2021, quebrando a marretadas blocos de paralelepípedos instalados na parte inferior em dois viadutos em São Paulo, numa prática higienista do prefeito, de retirar a população de rua daquele espaço demarcando essas violências institucionais do Estado (Rede TVT, 2021).

No entanto, apesar das práticas de apagamento de corpos, vemos estratégias

de resistências e luta pela vida, como o que o senador Fabiano Contarato (Rede ES) propõe ao Congresso Nacional: a aprovação do Projeto de Lei 488/2021, que altera o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) para vedar o uso da “arquitetura hostil” em espaços livres de uso público (Brasil, 2021).

E nessas andanças no meio virtual ouvimos das pessoas em situação de rua a dificuldade que se ampliava com a redução do fluxo de pessoas nas ruas que dificultou para população em situação de rua o acesso à renda, (...):

(...) o que nós temos como referência de casa, é a rua, mas não temos mais as pessoas que nos ajudavam, não temos mais o nosso corre diário, não tem como vender o nosso bombom nos ônibus, não tem como lavar um carro, não tem como cuidar de um carro, então o nosso ganha pão tá sendo prejudicado nesse momento também, (...) Afastamento social

pra nós é normal, é natural pra nós, no dia a dia, nós somos automaticamente afastados da sociedade, somos isolados da sociedade, e nesse momento, ficar na rua não é possível, não é? (Paulo Henrique. A Verdade Rua e Crua, 2020).

“Não temos mais o nosso corre diário”, este enunciado do coordenador do MNPR/PA, Paulo Henrique, expressa como se dá a sobrevivência da pessoa em condição de rua. Acerca de como sobreviver entre os muros invisíveis da cidade, Paulo Henrique também apresenta outro analisador histórico que marca o corpo das pessoas em situação de rua: “o afastamento social”. A população em situação de rua é habituada a sofrer, cotidianamente, com a evitação social e o distanciamento social, este que se configura como uma das recomendações mais divulgadas pela OMS e as instituições da Saúde para evitar propagação da Covid-19.

Somando a isso, durante a pandemia, houve o fechamento de vários equipamentos ou ainda, a redução no quantitativo de atendimentos à população em situação de rua que já havia se agravado anteriormente à pandemia com o corte orçamentário para a Assistência Social (Brasil, 2019). Isso representa o agravamento na manutenção da rede de serviços socioassistenciais, conforme manifesta Edison Campos (membro do MNPR/RS) na *live* “Sinais que vem da Rua”.

E eu trabalho numa padaria também, que a galera sabe aí né, é uma padaria que é pra gurizada da rua, (...) que é um lugar que a gente consegue conselhar, fazer um trabalho né, de não ficar só na rua, fazer um trabalho de ocupar a mente. Então a gente tem um projetos bons aqui, que pena que os projetos são tudo parado né, como ele falou ali, assim eu também

participo de um comitê Municipal que nem tá tendo mais. Que é o comitê, o Comitê Municipal em Políticas Públicas para as Pessoas em Situação de Rua, (...) a gente se reunia, né? e batia de frente né? hoje a gente não consegue mais isso (Edisson Campos. TV Rede Unida, 24 Jun 2020).

Essa e outras narrativas anunciam o desmonte ou suspensão de políticas constitutivamente direcionadas às pessoas em situação de rua. Tais políticas vêm sofrendo restrições com crescentes cortes orçamentários e retrocessos políticos, como é o caso dos frequentes ataques à reforma psiquiátrica, com desmantelamento da rede de atenção psicossocial e incentivos à iniciativa privado no cuidado à saúde mental, por exemplo. Esse quadro de negligência e desfalque já em curso nos últimos anos, se acentuou na pandemia, referente, por exemplo, à falta de cuidado aos usuários de álcool e outras drogas da

população em situação de rua. Apesar desses atravessamentos institucionais e da negligência do Estado, essas pessoas seguem resistindo para sobreviver ao vírus e à ausência de assistência, numa performance de corpos em alianças que persistem em conjugar o verbo “conselhar” para “bater de frente” às estruturas de poder segmentadas, “reivindicando justiça, uma libertação da precariedade, a possibilidade de uma vida que possa ser vivida” (Butler, 2018, p. 32).

Quanto ao acesso ao auxílio emergencial, um benefício criado a partir da Lei Federal nº 13.982, de 02 de abril de 2020, para minimizar os impactos econômicos provocados pela pandemia do Covid-19, as populações socialmente vulnerabilizadas, as mais afetadas pela crise, que só foi concedido à população após muitas manifestações junto ao Ministério Público Federal.

Notou-se que a burocratização de cadastro e acesso ao benefício emergencial

foi identificada em todo o país, o auxílio não beneficiou um quantitativo significativo de população em situação de rua, já que muitos esbarraram na ausência de documentação, outros na execução do cadastro embora alguns serviços tenham se disponibilizado a inscrevê-los no benefício. Uma parcela reduzida conseguiu cadastrar-se com ajuda de pessoas próximas e voluntários.

Então é, hoje o próprio Jornal Estado de São Paulo coloca que cinco milhões e meio de invisíveis vão ficar sem essa ajuda, porque há uma dificuldade estrutural de se conseguir cadastrar no site da Caixa Econômica e que pede que a pessoa de rua tem SMS (mensagens de texto), e é que foi derrubado a questão do CPF mas ainda há muita burocracia que dificulta. (...) Então os que mais precisam, são os que vão ter mais dificuldades. (...) (Pe.

Júlio Lancellotti. Rede TVT, 21 Abr 2020).

A burocratização do acesso ao auxílio produziu filas grandiosas nas agências bancárias responsáveis pelo repasse financeiro à população em todo o país. Em Parnaíba-PI, essas filas tornaram-se possibilidade de acesso à renda de pessoas em situação de rua que pernoitavam guardando vagas em distanciamento social.

A inexistência de ações de assistência à população em situação de rua no município de Parnaíba e em outras cidades nos reporta a refletir sobre as proposições de Andre Lepecki que afirma: “(...) o atual modo de matar reencena um ato inaugural do repertório da colonização das Américas: permitir que um patógeno faça seu trabalho letal sobre as populações mais frágeis e marginalizadas” (Lepecki, 2020, p. 03).

Em meio às ausências de recursos houve um aumento do quantitativo de pessoas em situação de rua, conforme Silva,

Natalino e Pinheiro (2020) que foi de 140% entre 2012 e março de 2020. Durante a pandemia aumentou, também, a presença de voluntários da sociedade civil com práticas assistenciais, com doações de alimentos, de máscaras, álcool em gel e kits de higiene, o que de certa forma mostra a solidariedade, ao mesmo tempo em que denuncia a fragilidade do Estado.

Aqui para falar agora da situação, tá crítica né? porque a gente agora, a gente tem pessoa distribuindo o rango, mas a gente agora não tem tanto porque aqui onde é que os lugares onde as pessoas davam comida o prefeito cancelou né? E foi lá com a brigada e falou que ia dar multa, que continuasse distribuindo comida então aqui e a gente está lutando, a gente tá aí, então vamos (Edisson Campos. TV Rede Unida, 24 Jun 2020).

No entanto, essas práticas vêm sofrendo ataques do Estado um dos

exemplos é o Programa Mesa Solidária no Município de Curitiba (2021) proposto pela gestão municipal de Curitiba (PR) que pretende regulamentar, através de cadastros, pessoas e instituições que distribuem alimentos, como relatam algumas pessoas acolhidas em abrigo municipal na publicação: “Mais uma vez o Greca quer excluir as organizações e entidades e grupos de amigos que doam uma alimentação para população em situação de rua. Não vamos aceitar a sua mesa autoritária” (Movimento Nacional População de Rua – MNPR Curitiba, 2021).

Outros atravessamentos institucionais que marcam o agenciamento da produção de subjetividade das pessoas em situação de rua são as insistentes práticas e ações higienistas executadas pelo Estado e entidades públicas. Nesse sentido, ressaltamos as ações de internações compulsórias em Comunidades Terapêuticas sob o argumento de enfrentamento a contaminação do Covid-

19, conforme Portaria Conjunta Nº 4 /22 de outubro de 2020, que delibera ações conjuntas para a atuação intersetorial e integrada entre a rede socioassistencial e as Comunidades Terapêuticas no enfrentamento da pandemia causada pelo Covid-19 junto à população em situação de rua, como relatam profissionais da Saúde:

As pessoas em situação de rua estão sendo muito assediadas, assediadas por comunidades terapêuticas, né? Que vão assediar essa população que estão, por exemplo, fora desse abrigo porque não se “enquadra” nesse local, por serem usuários abusivos de álcool e outras drogas e por exemplo o CAPS AD só tem um na cidade de Manaus atendendo precariamente por conta da pandemia (Evalcilene Santos. *Live*, Movimento Brasileiro de Redução de Danos, 25 Mai 2020).

Os processos de subjetivação que atravessam e transversalizam esses

discursos nos remetem, mais uma vez, ao histórico problema da vulnerabilidade social e à ampliação da precarização da vida e nos fazem refletir sobre o valor que a vida de uma pessoa em situação de rua tem para o Estado e para a sociedade. Achille Mbembe (2017) denuncia que, dos séculos XVI a XIX, a relação do Estado com as pessoas negras escravizadas, percebidas como excedentes, indesejáveis, era uma relação com corpos que não importam e dos quais, em algum momento, o Estado sonhava se livrar. Essas pessoas negras tinham poucos direitos, nenhum direito ou eram até mesmo afastadas totalmente do exercício do poder político (Mbembe, 2017). Hoje, no Brasil, nas duas primeiras décadas do século XXI, ainda constatamos práticas que expressam o racismo estrutural, haja vista que as pessoas em situação de rua são direcionadas para Comunidades Terapêuticas por instituições que reproduzem uma lógica necropolítica de distanciamento dos dispositivos públicos

de assistência social e de negligência do poder político do país, dos estados e dos municípios.

Pensando segmentaridade, a partir de Deleuze e Guattari (2011) como linhas que nos compõem e nossas relações de força de sentido na sociedade, e outros que nos escapam, de modo que se configuram em linhas de segmentaridade dura, maleável as linhas de fuga, estas caracterizam-se por uma ruptura com os estratos. Assim, a fala de Paulo Henrique (MNPR-PA) expressa essas manifestações de linhas de fuga e aproximação dessas segmentaridades moleculares, características da população em situação de rua:

Ninguém faz a pauta, a pauta é livre, você fala o que você quiser, da forma que você quiser e como você quiser (...). Então no jornal, as pautas são muito variadas, é interessante porque quando você pensa que todo mundo vai, vai só

falar mal, tem aquele que fala bem, quando você pensa que todo mundo vai, vai ir pelo negativado. (Paulo Henrique. TV Rede Unida, 24 jun 2020).

Outra reverberação dessa luta conquistada pelo MNPR foi o início da vacinação das pessoas em situação de rua. Em Natal (RN), através de diálogos com o Estado, o MNPR conseguiu inserir a população em situação de rua no segundo grupo prioritário, de maneira que se iniciou, no mês de março, a vacinação nos abrigos, serviços socioassistenciais dessa população. No entanto, no dia 1º de abril de 2021, o Ministério Público do Estado judicializou essa decisão, sob a justificativa de alterar a agenda nacional de imunização de outros grupos prioritários, por isso recolheu a reserva técnica direcionada à população em situação de rua, desconsiderando os determinantes sociais da saúde que afetam essa população vulnerável.

Após tal episódio, iniciou-se uma mobilização nacional nas redes sociais de manifestações do MNPR e apoiadores de reivindicação para chamar a atenção quanto à importância da vacinação das pessoas em situação de rua. Nesse sentido, defendeu Mairla Feitosa (representante do MNPR/DF)

[...] venho sensibilizar em nome do movimento da população em situação de rua para que a gente veja, a gente busque medidas, estratégia, a gente se junte nessa luta com nossos companheiros pra que essa vacina ela chegue para população em situação de rua. (Mairla Feitosa. *Live*, Movimento Nacional População de Rua – MNPR RN, 14 Abr 2021).

Por outro lado, o Ministério Público do Espírito Santo apresenta dados referentes à necessidade de cuidados dessa população, e na mesma data publica o relatório elaborado juntamente com o

Centro de Apoio Operacional de Defesa Comunitária (CACO) que indica que, de maio de 2020 a março 2021, foram notificados 5.733 pessoas em situação de rua com suspeitas de Covid-19 no Estado, destes 1.686 casos confirmados, e 35 casos de óbito, o que corresponde a um aumento de 68,6% em três meses desde o último relatório publicado em dezembro de 2020 (Ministério Público do Espírito Santo, 2021).

Outro documento divulgado em abril de 2021 é o Relatório Técnico-Científico elaborado pelo Programa Transdisciplinar Polos de Cidadania da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a partir da solicitação encaminhada pela Defensoria Pública da União em Cuiabá, Mato Grosso (OFÍCIO - Nº 4345203/2021 - DPU MT/DRDH MT), para manifestação de dados fidedignos referentes ao quantitativo de pessoas em situação de rua no Brasil a serem incluídas no Plano Nacional de Vacinação contra a

Covid-19 (Dias, 2021), uma vez que os dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal não corresponde à realidade e não há Censo da população em situação de rua.

Esses documentos apresentam-se como sinalizadores desses ecos, mostrando que embora de forma morosa, essa luta produz reverberações em outras instâncias. De forma que continuemos nesse enfrentamento pela vida e resistência aos regimes de produção da subjetividade capitalística. Tal como anuncia Vanilson Torres:

Então que nós possamos continuar nessa luta, que possamos lutar pela vacinação da população em situação de rua no Brasil. Invisíveis até quando? Até quando seremos invisibilizados com nossas necessidades, com nossas peculiaridades, com nossa situação de estarmos nas ruas sem o olhar efetivo das gestões dos governos?

(Live, Movimento Nacional População de Rua – MNPR RN, 14 Abr 2021).

Considerações finais

Para concluir, gostaríamos de destacar alguns pontos que nos chamaram atenção na pesquisa que realizamos. O primeiro deles diz respeito às possibilidades de enfrentamento à Covid-19 que essa população tem encontrado diante de uma crise sanitária e política de grandes proporções. Diante da precariedade e estigmatização vivenciadas pela população em situação de rua na pandemia, a luta dessas pessoas se intensificou em busca da sobrevivência, diante da maior possibilidade de contaminação e da perda dos seus meios de sobrevivência, como relatam ao se referirem ao fechamento dos espaços onde costumavam obter condições de sobrevivência. Entretanto, à semelhança de outras populações cuja existência é

expressão de resistência, haja vista as condições de vulnerabilidade social em que sobrevivem, a população em situação de rua tem encontrado modos de reinvenção da vida e enfrentamento dessa crise e dos impactos psicossociais produzidos pela pandemia.

Outro ponto de destaque diz respeito às multiplicidades desses modos de enfrentamento e reinvenção da vida e da luta. Como em todos os contextos de produção de subjetividade, existem múltiplas entradas e múltiplas saídas para os processos de subjetivação, sujeição e servidão. Assim, para as pessoas que vivem em situação de rua, mesmo que sejam limitadas as saídas, elas também expressam uma multiplicidade de processos de subjetivação e enunciação. Dessa forma, o acompanhamento das movimentações da população em situação de rua pelos estados do país e do MNPR durante a pandemia, nos mostrou que uma das saídas e estratégias de expressão de resistência foi o uso das redes

sociais e mídias para denunciar a negligência do Estado e os impactos sofridos, assim como para dar visibilidade às suas ações, invenções e resistências. De fato, o MNPR mobilizou inúmeros esforços e utilizou-se de todas as possibilidades que estavam ao seu alcance, presenciais e virtuais, para pressionar o Estado na garantia de melhores condições de abrigo, assistência sanitária e social, e sobretudo, quanto ao direito à vacinação como grupo prioritário, uma vez que a recomendação “fique em casa” não fazia sentido algum!

É nesse mapa de paisagens psicossociais, repletas de reflexões e afetações, que a população em situação de rua sobrevive como um sujeito coletivo, que resta dos agenciamentos dos processos de subjetivação segmentados pela produção de subjetividade colonial-capitalística. Essa dimensão de um processo coletivo de subjetivação política é outro ponto que gostaríamos de destacar, enfatizando as

parcerias e alianças que o MNPR construiu com outros grupos, movimentos, associações e com alguns gestores e executores de políticas públicas, num processo de agenciamento coletivo. Isso quer dizer que não obstante as dificuldades, coexistem com os processos de segmentaridade processos de resistência e desejo, agenciados coletivamente por organizações e/ou movimentos como o MNPR, que possibilitam, dentre outras coisas, o uso de dispositivos de tecnologias e redes sociais ou outros canais de expressão da população em situação de rua, enquanto espaços de denúncia, reivindicação, anúncio e organização social e popular. São exemplos disso, o Jornal a Verdade Rua e Crua de Belém (PA) e o jornal Boca da Rua de Porto Alegre (RS) através dos quais as pessoas em situação de rua expressam modos de reinvenção da vida e enfrentamento dessa crise e dos impactos psicossociais produzidos pela pandemia.

Concluimos com Butler (2018), quando diz que precisamos “lutar por modos de vida nos quais atos performativos lutem contra a condição precária, uma luta que busca descortinar um futuro no qual possamos viver novos modos sociais de existência” (Butler, 2018, p. 66).

Referências

- A Verdade Rua e Crua (2020). *Jornal a verdade rua e crua*. Recuperado de: <https://www.instagram.com/tv/CAvGhBMgL8k/?igshid=1endxb0i2gtxp&fbclid=IwR3ZbO3Wneaz1udrdcI3FOZr6axI0qxYIsF3TfzeEPc9eSNUfGK-WI8uTCM>
- Amorim, A. K. A., Nobre, M. T., Coutinho, A. F. J., & Oliveira, L. P. (2019). Direitos humanos e população em situação de rua: investigando limites e possibilidades de vida. In Nobre, Amorim, Medeiros, & Matos. *Vozes, Imagens e resistências na rua: a vida pode mais!* [recurso eletrônico]. (pp. 121-161). Natal, Brasil: EDUFRN.
- Bove, C. & Figueiredo, G. (2015). *População em situação de rua*. (Coleção Caravana de Educação em Direitos Humanos Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH/PR e Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais - Flacso Brasil). Brasília.
- Brasil (2008) *Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua*. Governo Federal. Brasília (DF).
- Brasil (2019). Ministério da Cidadania. *Portaria N° 2.362, de 20 de dezembro de 2019*. Brasília, DF: MC. Recuperado de: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.362-de-20-de-dezembro-de-2019-234966986>.
- Brasil (2021). Senado Federal. Projeto de Lei nº 488 de 2021. *Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade)* Recuperado de: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/146615/pdf>
- Butler, J. (2017). *Quadros de Guerra: Quando a vida é passível de luto?* (S. Lamarrão & A. M. Cunha, Tradutores). Rio de Janeiro, Brasil: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2018). *Corpos em aliança e a política das ruas*. Rio de Janeiro, Brasil: Civilização
- Cunha, A. T. R., Silva, J. I., Oliveira, G. S., Souto, R. D., Souza, L. F. F., & Solano, L. C. (2020). População em Situação de Rua: O papel da educação médica ante a redução de iniquidades. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 44, (sup. 1), 1-6. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5271v44.supl.1-20200376>.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (2011). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*, v.1. (2ª ed. Oliveira, A. L., Neto, A. G., & Costa, C. P. Trans.) São Paulo, Brasil: Editora 34. (Trabalho original publicado em 1980).
- Dias, A. L. F. - org. (2021) *Relatório técnico- científico dados referentes ao fenômeno da população em situação de rua no Brasil*. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Recuperado de: <https://polos.direito.ufmg.br/wp-content/uploads/2021/07/Relatorio-Incontaveis-2021.pdf>

- Esmeraldo Filho, C. E., & Ximenes, V. M. (2021) Pobreza e pessoas em situação de rua: uma revisão sistemática. *Psicologia em Pesquisa*, v. 15, 2021, e30064 DOI: 10.34019/1982-1247.2021.
- Foucault, M. (1999). Aula de 17 de março de 1976. In M. Foucault. *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2008) *Microfísica do poder*. São Paulo, Brasil: Edições Graal.
- Foucault, M. (2010). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Guattari, F. (2001). *As Três Ecologias*. 9ª ed. Campinas: Papirus.
- Guattari, F., & Rolnik, S. (2007) *Micropolítica: cartografias do desejo*. (8ª ed). Petrópolis, Brasil: Editora Vozes.
- Honorato, B. E. F., & S. Oliveira, A. C. (2020). População em situação de rua e COVID-19. *Revista De Administração Pública*, 54(4), 1064–1078. Recuperado de <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/81903>
- Kastrup, V. (2009). O funcionamento da atenção do cartógrafo. In E. Passos, V. Kastrup e L. Escóssia. (Orgs.). *Pistas do Método da Cartografia: Pesquisa-Intervenção e Produção de Subjetividade* (pp. 32-51). Porto Alegre: Sulina.
- Lepecki, A. (2020). *Movimento na Pausa*. (Braga, A. L.). N-1edições, 147. Recuperado de <https://www.n-1edicoes.org/textos/147>
- Mariño, N. C. & Lizarralde, C. R. (2019). Etnografia callejera: Una propuesta desde las calles de Bogotá, Colômbia. *Civitas* (Porto Alegre), 19 (1), 11-27. DOI <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2019.1.30910>
- Matos, T. N. F., Trajano, S. S., Caldas, J. M. P. & Catrib, A. M. F. (2017,) Representações Sociais e Condições de Saúde em Moradores de Rua. *Sanare (Sobral)*, 16(Suplemento n.01), 17-22. Recuperado de <https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/viewFile/1134/619>
- Mbembe, A. (2014). *Crítica da razão negra*. Tradução Marta Lança. Lisboa, Portugal: Antígona.
- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte* (R. Santini, Trad.; 2a ed.). n-1 edições.
- Mbembe, A. (2017). *Políticas da inimizade*. Tradução Marta Lança. Lisboa: Antígona.
- Ministério Público do Espírito Santo (2021). *Informe CACO nº 02/2021. Panorama da incidência da COVID-19 na População em Situação de Rua no ES*. Recuperado de: <https://www.mpes.mp.br/Arquivos/Anexos/9bec3a35-538b-40b4-a2ca-f1909c5b9b5f.pdf>
- Movimento Brasileiro de Redução de Danos (2020). *Pandemia e as populações vulnerabilizadas nas regiões Norte e Nordeste*. Recuperado de: <https://www.facebook.com/352350958859677/videos/670146956896877>
- Movimento Nacional População de Rua – MNPR RN (2021). *Vacinação e povo da rua: até quando invisíveis?* Recuperado de: https://www.youtube.com/watch?v=fDbopHPE_x0
- Movimento Nacional População de Rua MNPR – PA (2020). *População em situação de Rua*. Recuperado de: <https://www.facebook.com/movimentopopulacaoderua/videos/573942420206581>.
- Movimento Nacional População de Rua – MNPR Curitiba

- (2020a). *Precisávamos vim aqui , para esclarecer que o Greca está informando na mídia, é informações enganosas.* Recuperado de: <https://www.facebook.com/mnprcwb/videos/2789170084694207>
- Movimento Nacional População de Rua – MNPR Curitiba (2020b). *É assim que a gestão Grega acolhem a população em situação de rua em Curitiba, quebrando o braço deles.* Recuperado de: <https://www.facebook.com/mnprcwb/videos/3287890684659200>
- Movimento Nacional População de Rua – MNPR Curitiba. (2021). *Mais uma vez o Greca quer excluir as organizações e entidades e grupos de amigos que doam uma alimentação para população em situação de rua, não vamos aceitar a sua mesa autoritária.* Recuperado de: <https://www.facebook.com/mnprcwb>
- Ortega, F., & Behague, D. P. (2020). O que a medicina social latino-americana pode contribuir para os debates globais sobre as políticas da Covid-19: lições do Brasil. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 30(2). Epub June 26, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0103-73312020300205>
- Prefeitura Municipal de Curitiba (PR). (2021). Projeto de Lei da Proposição Nº 005.00103.2021. Institui o Programa Mesa Solidária no Município de Curitiba. Secretaria Municipal Segurança Alimentar de e Nutricional- SMSAN. Recuperado de: https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/relatorios/ProposicaoReport.do?select_action=&pro_id=433343
- Rede TVT (2020). *População em situação de rua tem dificuldades em receber o auxílio emergencial de R\$ 600.* Recuperado de: https://www.youtube.com/watch?v=JkWdbcVJ_7I
- Rede TVT (2021). *Padre Júlio arranca pedras a marretadas.* Recuperado de: <https://www.youtube.com/watch?v=VHgsc7xhrLQ>
- Rolnik S. (2018). *Esferas da Insurreição: notas para uma vida não cafetina.* São Paulo: N-1 edições.
- Silva, T. D.; Natalino, M.; Pinheiro, M. B. (2020). *População em situação de rua em tempos de pandemia: um levantamento de medidas municipais emergenciais.* Nota técnica nº74, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Recuperado de http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10078/1/NT_74_Diest_Disc_Populacao%20em%20Situacao%20de%20Rua%20em%20Tempos%20de%20Pandemia.pdf
- Silva, S. S., Skalinski, L. M., Calmon, T. V. L., Araújo, G. S., & Nery, J. S. (2021). Coletivo Nós nas Ruas e Programa Corra pro Abraço: ações para o enfrentamento da Covid-19 em Salvador, BA, Brasil. *Interface – Comunicação Saúde Educação*, 25 (Suppl. 1), 1-13. DOI: <https://doi.org/10.1590/interface.200690>.
- TV Rede Unida (2020). *Sinais que vem da Rua.* Recuperado de: https://www.youtube.com/watch?v=UdJX_1CfO7g
-
- Dania Mendes Ribeiro** é mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Piauí-UFPI/Campus Ministro Reis Veloso.
Email: daniamr@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9885-8432>

Antônio Vladimir Felix-Silva é Doutor em Ciências Psicológicas pela Universidade de Havana (Cuba), Docente do curso de Medicina e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Delta do Parnaíba-UFDPar.

Email: wladyfelix@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3084-379X>

Matheus Barbosa da Rocha é doutorando em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestre e Graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Email: matheusbr.psico@live.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3084-379X>

Maria Teresa Nobre é Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará com Pós-Doutorado em Sociologia na Universidade Federal do Ceará, Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Email: teresa-nobre@uol.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5085-4296>

Submissão: 18/11/2021

1ª avaliação: 13/02/2022

Aceite: 03/03/2022